

Ticumbi: lembranças de uma África no Espírito Santo

Adriana Pereira Campos

Doutora do Departamento de História da UFES e Pesquisadora da FAPES
E-mail: acampos.vix@gmail.com

Fabíola Martins Bastos

Mestre e Pesquisadora da FAPES
E-mail: biolaufes@gmail.com

RESUMO: O *Ticumbi* da região de São Mateus do Estado do Espírito Santo é investigado neste artigo como uma manifestação cultural afro-brasileira fundamentada na conjugação de uma memória criada sobre a África FORA dela com as lembranças pessoais de cada participante. O estudo é baseado em entrevistas com dois grupos de *Ticumbi*: o de Conceição da Barra e do Bongado (Vila de Itaúnas). A sobrevivência dessa tradição cultural afro-brasileira relaciona-se à necessidade de atualização do *bailado* e de manutenção dos signos indispensáveis para uma identificação com uma África mítica e generalizada.

PALAVRAS-CHAVE: Espírito Santo; Ticumbi; cultura afro-brasileira.

Abstract: The *Ticumbi* of the region São Mateus in the Count of Espírito Santo is investigated in this paper as a cultural manifestation afro-brazilian based on the amalgam of a memory created regarding by Africa IS of there with the personal souvenirs of each participant. The study is based on interviews with two groups of *Ticumbi*: of Conceição da Barra and of Bongado (Vila de Itaúnas). The survival of this cultural tradition afro-brazilian becomes related it the necessity of update of the *bailado* one and maintenance of the indispensable signs for an identification with mythical and generalized Africa.

KEY-WORDS: Espírito Santo; Ticumbi; Culture afro-brazilian.

Religiosidade africana e afro-brasileira no Brasil

Os bailados e as congadas existentes em diversas regiões brasileiras durante a fase colonial e imperial parecem terem como origem matrizes culturais africanas. Segundo Marina de Mello e Souza (2006, p. 214), os tambores e seus tocadores eram personagens essenciais nos ritos religiosos e nas festividades africanos e podem ser percebidos, no País, nas descrições deixadas para a posteridade sobre as comemorações sacro-profanas das irmandades de homens pretos, como também nos encontros entre escravos em cidades como Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

À primeira vista somos tencionados a observar a apropriação de valores cristãos católicos por parte dos africanos escravizados no Brasil como uma forma autoritária de a Igreja Católica subordinar essa massa significativa da população do Império brasileiro. Porém, válido é sugerir que os usos dos significantes católicos pelos africanos e descendentes no Novo Mundo relacionaram-se ao contato havido entre portugueses e africanos da costa ocidental da África Negra. Nessa ocasião, os chefes de reinos africanos, principalmente do reino de Congo, converteram-se ao cristianismo, pois o consideraram uma nova versão do culto que lhes era familiar. Marina de Mello e Souza (2006, p. 63-65), comentando a respeito das pesquisas de Wyatt MacGaffey e John Thornton, afirma ter ocorrido um diálogo de surdos entre os lusitanos e os congoleses, os primeiros dando como fato a conversão ao cristianismo e os últimos aceitando as designações e ritos cristãos como novas maneiras de lidar com velhos conceitos.

O batismo cristão de africanos foi compreendido segundo os moldes da religiosidade tradicional, dando origem a um modelo peculiar de catolicismo: o cristianismo africano. Dessa forma, o encontro entre as culturas africana e européia, em um contexto geral, não pode ser reduzido à superposição dos caracteres culturais brancos sobre os dos bacongo. Ocorreram re-elaborações que produziram novas formas culturais. Portanto, superficial é supor a devoção dos africanos e descendentes a

entidades católicas como inteiramente desprovidas de relação com as tradições locais dos muisikongo¹, por exemplo.

O exercício do catolicismo africano, na América Portuguesa, a partir do resultado da fusão de signos da religião local com os do cristianismo ocidental por vezes foi considerado como acinte aos cultos litúrgicos cristãos, transferindo-se as apresentações comemorativas para os santos pretos para o espectro das festas profanas, isto é, não-religiosas. Esses atos de proibição estimularam uma considerável autonomia das manifestações africanas e afro-descendentes, que aos olhos de clérigos e senhores de escravos podiam ser definidas como divertimento. Entretanto, estavam submersas em territórios imateriais relacionados à arte, à vida social e à religiosidade desses indivíduos (LYRA, 1981).

Os africanos trazidos como escravos para a América portuguesa organizaram-se no interior da sociedade escravista segundo as categorias criadas pela prática de escravizar. Em relação à identidade, a procedência forjada nesse processo destaca-se de modo especial na vida dos homens da África vindos para a América. Chegando ao Brasil, os escravizados retirados de diferentes zonas do continente africano foram distinguidos a partir das regiões de procedência, ou nações de procedência (SOARES, 2000). A diferenciação entre minas, angolas, makis e outros marcou tanto a vida dos cativos ao ponto de eles se agruparem em torno dessa categorização no Brasil. Muitas irmandades religiosas, por exemplo, dos séculos XVIII e XIX, formaram-se por meio da divisão entre escravos provenientes de diversas nações. Entre os cativos, essa distinção por nações de procedência possibilitou a reconstrução de identidades étnicas em solo americano e, por sua vez, de hierarquias que deveriam ser observadas.

As irmandades de homens pretos configuraram-se como um dos poucos espaços onde os escravos e os libertos puderam conviver com alguma autonomia. Porém, eram, também, instrumentos eficazes da colonização europeia no Novo Mundo, pois inseriam os sujeitos na ótica da obra missionária cristã católica encampada pelos colonizadores ibéricos (BOSCHI, 1986, p. 65-68).

¹ Muisikongos era a denominação pela qual os habitantes do reino de Congo se chamavam, termo aplicável somente a esse povo (MELLO, 2006, p. 335).

Era no interior das confrarias religiosas que os homens pretos organizavam-se para a realização de festas comemorativas em benefício do orago de devoção. Às vésperas da festa procedia-se à eleição de reis, rainhas, príncipes e princesas. A eleição estava sempre associada ao desenvolvimento das comemorações: arrecadação de esmolas e doações, preparo das fantasias e da ornamentação dos locais pelos quais passaria a procissão com a imagem do santo.

Muitos africanos optaram por agrupar-se com outros escravos em comunidades de certo modo integradas à sociedade escravista segundo identidades de procedência. A conjugação de africanos em comunidades não significou a reprodução da situação sócio-cultural anterior à saída da África, mas um processo de recriação da identidade dos africanos na América portuguesa. Assim, nas dramatizações dos negros africanos como o Congo, a eleição das realezas obedecia a critérios de ordem étnica. A família real era escolhida entre os irmãos de uma mesma confraria, podendo haver preferência por líderes de determinada nação de procedência. As eleições das cortes reais foram realizadas primeiramente no interior das associações dos grupos de procedência. Com o passar dos anos, os candidatos a rei deixavam de ser reconhecidos como rei de determinada nação africana para assumir o título de “Rei Congo”. De acordo com Marina de Mello e Souza (2006, p. 204), a submissão de uma comunidade de africanos a um rei que não fazia parte do quadro de indivíduos da mesma nação atesta provavelmente que o “Rei Congo” era um cargo simbólico, podendo ser ocupado por negros de qualquer origem africana. Além disso, o “Rei Congo” situava-se no ponto mais alto da hierarquia interna das irmandades de escravos africanos.

A escolha de líderes na figura dos reis negros liga-se às tradições da costa ocidental da África e é compreendida como uma tentativa de restabelecer vínculos de reciprocidade e solidariedade, construir identidades e também diferenciações. A escolha da corte real obedecia a alguns critérios definidos pelos membros das irmandades: ora restringia-se a eleição aos indivíduos de dada nação de procedência, ora não se diferenciava os irmãos. A coroação do “Rei do Congo” envolvia todo o conjunto de irmãos da confraria, que ao som de batuques e congadas festejavam a coroação de mais uma família real e a fé ao santo padroeiro. Vale ressaltar que mesmo o reinado prolongando-se apenas por um ano, quem um dia já foi rei nunca perdia a majestade.

A eleição de reis negros no interior de grupos africanos, principalmente nas irmandades religiosas, promovia um elo entre a comunidade negra e um passado idealizado, relacionado a um território destituído de especificidades concretas, proprietária de características gerais. A rememoração de uma África como lugar de origem, que era a África em que eles viveram antes da travessia do Atlântico, não considerava as realidades diferenciadas de cada povo do continente africano, mas projetava uma imagem homogeneizada de todo o continente.

A interpretação unívoca da eleição de reis negros como sobrevivência de uma africanidade ainda pujante nesses indivíduos trazidos para o Brasil desprestigia a relação dialética que ocorreu durante séculos entre as culturas estrangeiras no território brasileiro: a ibérica e a africana. A análise da cultura preservada pelas comunidades negras não pode prescindir da observação da miscigenação cultural que teve lugar no Brasil. A incorporação dos negros escravizados na sociedade escravista ocorreu em parte porque os africanos aproveitaram elementos de distinção dos colonizadores para introduzi-los em suas organizações (SOUZA, 2006, p. 180).

Autores como Mariza Carvalho Soares (2000), Marina de Mello e Souza (2006), Robert W. Slenes (1999) e Hebe Maria Mattos (1998) concordam em relação à importância das embaixadas entre reinos africanos nas suas relações políticas e diplomáticas. Dentre os reinos que mais se destacaram pode-se citar sem dúvida o reino de Congo, que desde o século XV estabeleceu relações diplomáticas com outras regiões africanas e também com o reino de Portugal. A proeminência do reino de Congo em África pode ser entendida a partir da simbologia de sua magnitude. Um reino que durante os séculos XV e XVI manteve-se centralizado e em expansão forjou um novo catolicismo, de tipo africano, reinterpretando o cristianismo a partir de sua cosmogonia. Com o declínio do reino de Congo, as mbanzas (cidades) e as lubatas (aldeias) tornaram-se autônomas, mas ainda assim reverenciavam o manicongo (soberano do Congo), possivelmente relembrando o apogeu daquele reino quando unificado e a simbologia de seu poder.

Reis negros no Congo e no Brasil: o Ticumbi

O manicongo e os seus funcionários mais seletos converteram-se ao cristianismo em 1491 e assumiram as nomenclaturas usadas pelos portugueses para designar os cargos da alta hierarquia congoleza, de modo que o reino de Congo passou a ter um rei ao invés de um manicongo e os funcionários cujas residências localizavam-se próximas a do rei formavam a corte real. Dentro do continente africano e fora dele, o reino de Congo tinha bastante prestígio e era muito conhecido por outros reinos. Identificado como um dos únicos reinos centralizados bem-sucedidos da África Negra, esse reino submetia ao controle de Mbanza Congo (capital do reino de Congo) diversas mbanzas e lubatas. Após a conversão dos reis congolezes ao catolicismo, gradativamente os chefes de lubatas e mbanzas foram batizados. Como em várias régulas africanas, as disputas dinásticas provocavam cisões no interior da elite congoleza, ficando de um lado os adeptos à prática religiosa cristã e, de outro, os que pretendiam o retorno à cultura espiritual tradicional.

Nesse cenário de turbulência política é que alguns reinos foram forçados a praticar a fé cristã, tendo seus minkisi (objetos de culto aos deuses locais) queimados.

A recordação dessas disputas políticas travadas em solo africano em torno dos cultos pagãos e cristãos proporcionou que muitos grupos de africanos e afro-descendentes mantivessem re-atualizado certo vínculo com uma África. A recordação da conversão de reis “pagãos” ao cristianismo permanece viva até os dias atuais em algumas regiões com população afro-descendente, onde predominaram os africanos da macro-região banto. No Espírito Santo, especialmente na região norte do Estado, há grupos que dramatizam a conversão do “Rei Bamba” pelo “Rei Congo”. A esses grupos dá-se o nome comum de Baile de Congo, porém, no Espírito Santo são mais conhecidos por Ticumbi.

O Espírito Santo é um Estado permeado por manifestações culturais que têm em comum a denominação “congo”. Embora seja possível visualmente tentar fornecer uma explicação do que fossem os congos apenas observando os Bailes de Congo ou as procissões de bandas de congo com reco-reco, interessa observar a distinção proposta por Mello Moraes Filho (1999, p. 177). Os congos seriam danças e representações alusivas a episódios da história e da mitologia da África Centro-Occidental interpretados por africanos escravizados no Brasil. Moraes Filho (1999) propõe, inclusive, que o nome cucumbi foi um substituto para “congo” em algumas regiões do país. Naquele tempo, os

cucumbis narravam a morte de um filho do rei e da rainha e exigiam a sua ressurreição, obtida por meio de rituais mágicos. Acredita Marina de Mello e Souza (2006, p. 256) que ainda no século XIX havia escravos que cantavam em línguas africanas e dançavam durante os congos pelas ruas.

Luís da Câmara Cascudo (2000) em seu *Dicionário do folclore brasileiro* expressa a composição das congadas no Brasil. Para esse autor, os elementos que a constituíram foram as eleições de reis congo, as embaixadas e as sobrevivências de rituais africanos. Interessante destacar que nas regiões nordeste e norte do Brasil, as danças dramáticas afro-brasileiras não possuíam personagens femininos. Entretanto, em regiões de Minas Gerais e do Rio grande do Sul havia rainhas que participavam da congada.

As congadas e os congos dançados durante séculos por gerações de africanos transportados para o Brasil e seus descendentes auxiliaram substancialmente na formação de novos signos identitários que agrupavam sob o mesmo véu indivíduos que podiam até mesmo ter guerreado em lados opostos em suas terras de nascimento. A paulatina predominância do “Rei Congo” sobre os reis de nação, no interior das irmandades religiosas de homens pretos, anunciou a sobrevivência de uma memória sobre a África, ainda que não correspondente com a realidade africana. A compreensão da substituição de reis de nação por “Rei Congo” deve considerar as relações entre os reinos africanos com o reino de Congo, as relações políticas deste último com os reinos de além mar, as atividades comerciais de tráfico de almas encabeçadas pelo Congo e o encontro de culturas ocorrido em terras *brasilis*.

Nas congadas, a embaixada é o núcleo dramático de toda a apresentação. Nessa dança ocorre o embate entre os secretários do “Rei Congo” e os enviados do reino estrangeiro. A partir de uma análise detida sobre as embaixadas narradas, cantadas e dançadas durante os Bailes de Congo torna-se verossímil sugerir que esses momentos de clímax na dramatização constituem-se peça fundamental para a compreensão do processo de constituição de uma identidade católica entre os negros. Além disso, as embaixadas aludem, em geral, a fatos históricos que se desenrolaram em África. As congadas, Bailes de Congo ou folguedos assumem um lugar de memória para os integrantes dos grupos que realizam essas festas, em que episódios de um passado remoto, às vezes sem sentido imediato para alguns desses indivíduos, é periodicamente

revivido, contribuindo para a manutenção da coesão do grupo e para a consolidação de uma identidade. A dança dramática seria, nesse sentido, um ritual por meio do qual o mito de origem tornar-se-ia periodicamente presente, vivo.

Diz Marina de Mello e Souza que as congadas são transmissoras de uma determinada história, que não conhece o limite do tempo e a distância:

A congada pode ser vista como uma forma particular de conceber e transmitir a história, permeada de ritos religiosos e mitos que fundamentam crenças e comportamentos, pois a história pode ser guardada e transmitida de modos diferentes, característicos de sociedades diversas, que constroem a memória à sua maneira própria (SOUZA, 2006, p. 315).

A partir do momento em que o mito sofre desgastes e perde sua eficácia ritualística, isto é, simbólica, ele se esgota como fonte de explicação e de história e subsiste apenas como uma peça de folclore (SOUZA, 2006, p. 308). Em *Reis Negros no Brasil escravista...*, Marina de Mello e Souza (2006) disserta sobre a simbologia que acompanhou a lembrança sobre o reino de Congo junto com os africanos traficados para a América portuguesa. “[...] o reino, mais do que uma realidade política, se tornou um símbolo importante na maneira como os bacongos viam a si próprios”. Assim, a aproximação dos africanos dessa parte do continente com o cristianismo, mesmo que por ouvir histórias contadas por familiares, e com as práticas de negócio internacional recorrentes nas regiões litorâneas habilitava-os para suportar o cativo, pois de certo modo eles dominavam elementos quer religiosos, quer culturais, que auxiliariam na sua sobrevivência em novas terras.

Os textos a respeito do Ticumbi no Espírito Santo discutem a ancestralidade do Baile de Congo do norte do Estado como sendo de origem afro-brasileira, mais especificamente de escravos negros que moravam próximos à Vila de São Mateus. Certo é que durante o Setecentos e o Oitocentos muitos escravos participavam da estrutura societária dessas áreas geográficas, compondo escravarias de propriedades rurais e trabalhando na produção e carregamento de farinha de mandioca. Os autores que se detêm sobre esse tema afirmam, inclusive, que as comunidades que hoje mantêm viva a tradição do Ticumbi são remanescentes de grupos quilombolas.

De acordo com Santos Neves (1976) e Bernadeth Lyra (1981) a origem do Ticumbi no Espírito Santo relaciona-se ao quilombo formado por escravos fugidos da fazenda de Sant'Anna, por volta de 1840. A fazenda de Sant'Anna localizava-se nas proximidades de São Mateus e era conhecida pelas festanças promovidas pelos escravos. Parece consenso entre os participantes do folguedo no norte do Espírito Santo que há muitos anos atrás, quando era vivo o Barão de Timbuí, Olindo Gomes dos Santos Paiva, havia a tradição em sua fazenda de festejar São Sebastião. O barão reunia os escravos e ordenava que eles promovessem uma grande comemoração para o santo da devoção do senhor. Em retribuição, Olindo Paiva dava aos cativos provimentos para que eles também pudessem festejar o santo preto, neste caso, São Benedito. Dessa forma, os escravos festejavam para São Sebastião em troca de bebidas, comida e fantasias para comemorarem a devoção a São Benedito.

Paulo Stuck Moraes em *A nobreza capixaba* (2004) descreveu em notas biográficas os indivíduos nascidos no Espírito Santo que durante o período imperial foram agraciados com títulos de nobreza. A propósito do Barão de Timbuí, Paulo Moraes descreveu-o como ativo político do cenário local, principalmente atuando como deputado provincial durante dos anos de 1870-1871, 1872-1873 e 1874-1875. Acredita o autor que Paiva tenha sido irmão da mãe do Barão de Aimorés (Antônio Rodrigues da Cunha) e que possivelmente tenha nascido em São Mateus, nos primeiros anos do Dezenove. Reconhecido durante seus mandatos legislativos pelo empenho dedicado à construção da linha telegráfica do norte da então Província do Espírito Santo, Olindo Gomes dos Santos Paiva foi agraciado com o título de Barão do Timbuí em 16 de setembro do ano de 1874.

A fazenda Santa Izabel, propriedade do Barão do Timbuí, localizava-se na margem esquerda do Rio Itaúnas e, atualmente, encontra-se mapeada arqueologicamente por equipes da Petrobras. De acordo com o arqueólogo Perota (IEMA, 2002), responsável pelas pesquisas de escavação da Petrobras, há indícios significativos da presença de comunidades de afro-descendentes devido à quantidade de cachimbos encontrados durante a pesquisa, cujos desenhos reconhecem-se como dos séculos da escravidão.

Interpretação tácita entre os autores capixabas que se debruçaram sobre a temática do Baile de Congo Ticumbi é o fato de somente serem aceitos no folgado pessoas de cor ou com ancestralidade negra visível na cútis. Na análise de dois grupos desse bailado, ambos da região em torno da cidade de São Mateus, tornou-se importante discutir a primazia do critério da cor no interior dos Ticumbi. Interessante foi constatar que a primazia da cor como mecanismo de manutenção da identidade do Ticumbi não assume lugar fulcral nos dois grupos entrevistados, o de Bongado e Conceição da Barra. No que diz respeito ao grupo originado pela família Bongado parece ser mais evidente a necessidade de um compromisso firmado entre os indivíduos que assumem a tarefa de participar assiduamente dos ensaios e de frequentarem as reuniões promovidas nas casas dos integrantes de grupo.

A permissão para integrar o Ticumbi do Bongado é dada pelo mestre Anísio Ribeiro, espécie de coordenador das dramatizações e da comunidade forjada sob o folgado. Também lhe é dada autoridade para desligar do grupo o indivíduo que não corresponder às expectativas geradas em torno de seu ingresso. Vale ressaltar, por oportuno, que a tendência menos centrada na cor da pessoa teve início com o atual mestre do Ticumbi do Bongado, pois segundo relatos de familiares de Anísio Ribeiro Manoel Bongado (o fundador), esclarecem que alguns fossem contrários à presença de mestiços claros no Ticumbi do Bongado. Os moradores mais antigos da Vila de Itaúnas disseram, ainda, que o melhor mestre que o Ticumbi do Bongado já teve foi Casimiro (irmão do atual coordenador), mas em função de um problema de saúde, que o impede de sair com frequência de casa, abandonou a função. Outro irmão de Anísio Ribeiro, Antônio Bongado, já participou do bailado na função de secretário do “Rei Congo”, contudo deixou a embaixada por se achar muito idoso.

Além da suposta exclusividade de homens negros ou afro-brasileiros participarem do Baile de Congo Ticumbi, a literatura do norte do Espírito Santo realça, igualmente, a questão do parentesco como um definidor de limites do bailado. No caso do Ticumbi da Vila de Itaúnas, o de Bongado, há indícios de que os participantes preferem indivíduos com alguma afinidade consangüínea em relação à família Bongado. Verdade é que no grupo atual do Ticumbi do Bongado há pessoas aparentadas com a família do mestre

Anísio Ribeiro. Por outro lado, há aqueles que não possuem qualquer vínculo genético com os Bongado.

O parentesco, assim, seria algo construído por meio da convivência quase que diária, se tivermos em conta que muitos integrantes dos Ticumbi de Conceição da Barra e de Bongado são vizinhos, cujos laços de amizade e de fraternidade se estreitam com o passar dos anos. Para manter a harmonia da “família” do Ticumbi do Bongado Anísio Ribeiro afirma que interfere na vida extra-Ticumbi dos seus pares. A observância da conduta de cada um para com seus familiares, esposa e filhos, torna-se imprescindível para a manutenção das sociabilidades do Ticumbi do Bongado. A vigilância sobre a vida de cada um chega ao ponto máximo e crítico quando devem ser excluídos integrantes do grupo que não cumprem as regras informais estabelecidas entre os membros dessa comunidade visivelmente amparada por tradições.

Outro dado suscitado durante a análise dos Ticumbi de Conceição da Barra e de Bongado refere-se à originalidade do folguedo dançado pelos homens do norte espírito-santense. Em todas as entrevistas afirmaram os membros de ambos dos bailados que não houve nem há no Espírito Santo um Baile de Congo como o que executam os homens do Ticumbi. Acreditam os participantes que se trata de um movimento singular da região ao norte do Rio Doce e, portanto, não incidente em outra região do Estado. Não obstante os relatos registrados neste artigo dos entrevistados, há registros históricos suficientes que permitem propor a difusão desse tipo de bailado por outras áreas capixabas: nas memórias do eclesiástico Francisco Antunes Siqueira (1999), que durante a segunda metade do Oitocentos descreveu com detalhes minuciosos a dramatização do Baile de Congo em homenagem ao santo mouro. Nos escritos de Siqueira, há a menção de que o organizador da festa mandava buscar em Viana um tocador de viola, especialista em Baile de Congo, para encantar os ouvidos do público e os corações dos homens do bailado.

Em relação à superioridade havida entre os soberanos dramatizados no folguedo, conta-nos Jonas Balbino, membro do Ticumbi de Conceição da Barra, que o maior rei do Ticumbi é o “Rei Congo”, considerado dono da festa em homenagem a São Benedito. O conflito travado entre os reis Congo e Bamba originava-se na intromissão do segundo rei em pretender realizar uma comemoração mais auspiciosa para o santo católico, sendo

que nem batizado era. Nessa perspectiva, o “Rei Congo” era católico, ao passo que “Rei Bamba” era um pagão. Na interpretação popular dos membros do Ticumbi de Conceição da Barra pagão significa uma pessoa sem religião, que não segue nenhum preceito religioso.

A vitória do “Rei Congo” sobre o “Rei Bamba” parece ser previsível no entendimento de Balbino. Segundo suas palavras, o rei católico vence o embate porque São Benedito está ao seu lado e a proteção divina é decisória para o desfecho da guerra entre as embaixadas.

A referência a uma influência divina na dramatização dos combates armados liga-se tanto à cultura ibérica como à congoleza, pois ambas creditavam muito poder ao sagrado e sabiam reconhecer as evidências da ação sobrenatural na resolução de conflitos.² Em Portugal há vários registros de guerras que foram vencidas com o apoio de santos católicos, em especial a que venceu D. Sebastião I antes da batalha que pôs fim à sua vida no Marrocos. No século XIV e XV, as guerras assumiram um clamor religioso, pois se tratava de um conflito entre cristãos e muçulmanos. Em África, no reino de Congo houve momentos em que a ação da cruz cristã foi muito mais contundente do que as armas humanas. De toda forma, a vitória no Ticumbi do “Rei Congo” e o batismo do “Rei Bamba” e seu secretário ilustram a renúncia dos não-cristãos à crença pagã em favor do catolicismo.

A construção das músicas cantadas durante a encenação do Ticumbi, as coreografias e o figurino constituem-se elementos de destaque nas apresentações dos grupos de Conceição da Barra e de Bongado. No primeiro, coordenado pelo Senhor Tertolino, as roupas são confeccionadas pelos próprios integrantes de Conceição da Barra. Os materiais utilizados no design das vestimentas apresentam-se visualmente mais elaborados do que os do Ticumbi do Bongado. Cores mais fortes, tecidos com melhor acabamento e comprados exclusivamente para dar acabamento às peças. As coroas e os detalhes em flores parecem ter sido confeccionados por profissionais, com cuidado para os detalhes de costura e da customização com materiais plásticos.

² Conferir os textos de Marina de Mello e Souza (2006), Rubem Barbosa Filho (2000) e Yves-Marie Bercé (2003) a respeito da significação de eventos sobrenaturais como ajuda divina no combate contra um inimigo.



Figura 1: Coroa de flores do Ticumbi de Conceição da Barra
Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo

A coreografia e o ritmo das batidas dos pandeiros e das cordas da viola são componentes inalterados da dramatização. Somente alteram-se as letras das rimas, isto é, o repertório, renovadas anualmente e catalogadas em cadernos pela coordenação dos Ticumbi.

Durante os estudos com os grupos de Conceição da Barra e de Itaúnas (Bongado) tornou-se importante questionar como funciona a transmissão do cargo de mestre no Ticumbi. No Ticumbi do Bongado mestre Anísio Ribeiro comentou que a transferência dessa função observa o bem-estar e a coesão do grupo. Apesar de ser uma prática corrente nesses bailados a transição de mestre obedecendo a critérios hereditários, Anísio acredita que um bom mestre não necessariamente precisa ser seu parente sanguíneo. Mestre Anísio ilustra sua opinião contando que tem um filho homem, com aproximadamente 30 anos, que não se interessa pelo Ticumbi e tão pouco participa do bailado. Desse modo, Anísio questiona de que modo poderia ele obrigar o filho a gerenciar um grupo de quase 20 pessoas, muito mais se somados os familiares de cada participante, se o candidato ao cargo de mestre não acredita nessa tradição, portanto, não se identifica com aquelas pessoas.

A dúvida de Anísio Ribeiro apresenta-se muito pertinente se pensarmos aquilo que une os indivíduos, o que funciona como signos identitários para o grupo. A pessoa aclamada mestre deve ter a consciência do dever a que está obrigado e da importância que o grupo assumiu para a comunidade local, como traço cultural genuíno e legítimo daquela área. Além do mais, deve ser salientada a prerrogativa que o mestre tem de

manter unido e coeso todo o grupo, lidando com as adversidades que as dificuldades impostas pela vida podem afetar o Ticumbi. Os indivíduos que participam do Ticumbi do Bongado não são remunerados financeiramente pela função que ocupam durante as apresentações. Sebastião, pedreiro durante a semana transforma-se em “Rei Bamba”, governante de uma grande região. Ao que tudo indica, os participantes parecem assumir duas vidas, ou duas faces de uma mesma vida, uma responsável pelo alimento da carne e a outra pelo alimento da alma.

Os estudos projetados sobre o Ticumbi de Conceição da Barra e de Bongado concentraram-se em entrevistas com membros de ambos os grupos e em leituras visuais das apresentações do folguedo realizadas a cada dia 20 de janeiro. O diálogo estabelecido com o bailado de Conceição da Barra sugere sinais de interferência dos estudiosos capixabas na memória do grupo Ticumbi. Identifica-se a referência, em vários momentos da entrevista, a textos produzidos por pessoas residentes na região de São Mateus e a contatos próximos estabelecidos entre os homens do bailado e outros escritores. Para uma investigação futura devem-se suscitar quais os limites dessa relação mais próxima entre a produção de uma memória acadêmica a respeito do Ticumbi e aquela gerada na re-atualização cotidiana dessa tradição afro-brasileira.

Considerações finais

O conhecimento acerca de um passado afro-americano pauta-se numa base dupla de lugares de memória: na lembrança desconexa do passado individual de cada participante do Ticumbi e naquela cujas recordações provêm de uma experiência extra-individual, construída intelectualmente e transmitida à comunidade do Baile de Congo.

As evidências de um contato mais estreito entre um dos grupos do bailado analisado com estudiosos dessa manifestação cultural não sugere que o Ticumbi seja um produto do presente, isto é, sem reminiscências seculares na região e sem qualquer relação com as manifestações culturais de africanos e afro-descendentes. Há sinais não desprezíveis que possibilitam propor alternativas para a compreensão do Ticumbi não somente como uma tradição específica de São Mateus, porém, estendida a outros espaços demográficos do Espírito Santo. Nesse sentido, o estudo qualitativo das

entrevistas realizadas com os integrantes do Ticumbi de Conceição da Barra e do Bongado indicou a trajetória a ser percorrida pelas investigações que pretendem descortinar reminiscências culturais africanas do bailado: devem-se seguir as pistas deixadas nas falas dos entrevistados, na ocasião de se reconhecer a interpolação de uma memória do passado individual com uma espontânea e outra construída.

A tradição do Ticumbi obedece ao critério primário de qualquer manifestação cultural: a mutabilidade. Graças ao tempo e à ação humana, as tradições culturais tem a possibilidade de ser modificadas, pois não constituem um objeto de pesquisa monolítico. Dito isso, alguns caracteres do bailado sofreram alterações. Como exemplos, citam-se as músicas e o roteiro das apresentações, que podem acompanhar à tradição do Baile de Congo, ou podem se adaptar ao momento de apresentação dos grupos. De modo diverso, há componentes do bailado que dificilmente sofrem a ação transformadora do homem e do tempo, isto é, o figurino, as rimas cantadas para São Benedito e as embaixadas trocadas entre os secretários dos reis “Congo” e “Bamba”. A figura 2 a seguir ilustra o figurino usado pelos integrantes dos grupos de Ticumbi, homenageando as cores da bandeira do Estado do Espírito Santo.



Figura 2: Figurino do Ticumbi
Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo

Resquícios de um passado histórico africano relacionado à religiosidade dos membros do Ticumbi aparentam ser mais resistentes às mudanças no cargo de mestre, ou a alterações na comunidade local. As rimas destinadas a compor a seção mais lúdica da apresentação são marcadas, efetivamente, por composições textuais atualizadas, concernentes a escândalos da política local, à situação de pobreza do país, ou à fofoca espalhada sobre algum morador.

Não é incomum encontrar afirmações na historiografia tradicional a respeito da falsidade com que os africanos escravizados e seus descendentes lidaram com a prática da fé cristã no Brasil. Pareceu verdadeiro afirmar que os escravos negros dissimulavam sua devoção aos santos do altar da Igreja Católica. Robert Slenes (1999) alerta-nos para o perigo de pensar a sociedade colonial brasileira partindo de categorias estanques e dicotômicas. No artigo *Entre a capela e o calundu*, Slenes debate a construção das formas de religiosidade em terras *brasilis*, uma mistura de signos cristãos com outros marcadamente africanos e ameríndios. Houve situações, conta Slenes, em que pessoas credulamente católicas apelavam para os feiticeiros quando concordavam que somente rezas não solucionariam determinado problema de saúde. Achavam que se tratava de um mau-olhado ou de magia. Compreender-se a experiência cristã no Brasil colonial e imperial como um catolicismo frouxo, pouco verdadeiro, não condiz com a fé exacerbada que os fiéis demonstravam em seu cotidiano. A devoção era vivida diariamente e assumia características tão íntimas que os santos pareciam descer à terra para tratar com seus protegidos (FREYRE, 1975).

Nos Ticumbi de Conceição da Barra e do Bongado nota-se que a devoção a diferentes oragos católicos ou mesmo a divindades externas ao espectro católico não se colidia. A fé em São Benedito e em São Sebastião não se conflita com a crença em outras religiões. A constatação de que a religiosidade dos homens do bailado apresentava-se de forma misturada com outras formas de devoção foi evidente na entrevista realizada com membros mais novos do Ticumbi do Bongado. Isaac, aparentado da família Bongado e integrante do Baile de Congo e do exército dos mouros do Alardo (manifestação em homenagem a São Sebastião), respondeu que não segue nenhuma religião, mas é devoto de São Benedito e de São Sebastião. Disse mais o entrevistado que não frequenta nenhum templo religioso, porém, assiste às missas em homenagem

aos santos de sua devoção. A família do Bongado guarda, inclusive, fortes laços com a prática da umbanda, haja vista os colares guias vistos em torno dos pescoços de alguns participantes do folguedo. Os Bongado não avaliam qualquer disparidade em assumir uma fé dupla: o catolicismo e a umbanda. Mas quando alguns membros dessa família se converteram à crença evangélica, como foi o caso dos avós de Isaac, consideraram equivocada a conduta dos parentes que continuam a participar do Ticumbi.

A conformação de elementos de culturas diferentes deu origem à cultura afro-brasileira. Não se pode negar a atuação do catolicismo nesse trânsito de formas culturais no Brasil. A adoção do cristianismo em terras brasileiras pela população africana e seus descendentes combinou caracteres religiosos das cosmogonias africana e ibérica e não excluiu práticas místicas descoladas do universo cristológico pregado pela Igreja Católica. A fé partilhada, a manutenção da identidade do grupo, que se mantém devido à união dos membros e da sobrevivência do bailado, e os resquícios de uma memória de África que aparenta estar no mesmo nível das lembranças pessoais daquela gente fazem com que a identidade do Ticumbi de Conceição da Barra e do Bongado seja construída em bases diacrônicas. Simultaneamente ao processo de atualização da manifestação cultural há a cristalização de elementos considerados indispensáveis pela comunidade que se formou sob o nome Ticumbi.

Narrativas de um passado muito remoto e distante geograficamente, como a África, a imutabilidade dos movimentos, do ritmo e do figurino, a obediência à hierarquia entre os reis, são critérios elementares da identificação desses homens com uma história de vida e de luta e, principalmente, de vitória do “Rei Congo”. O papel simbólico desse soberano na dramatização do Ticumbi atua no sentido de rememorar a vitória do cristão sobre o pagão e, num plano divino, a vitória de São Benedito. A superação das dificuldades que o santo preto enfrentou durante a vida, acreditam os membros do Ticumbi de Conceição da Barra e do Bongado, funciona como uma massa que une essas pessoas em torno do objetivo maior: sobreviver à vida.

Nesse prisma, as festas de eleição e a coroação de reis negros no Brasil foram uma construção brasileira e não uma reprodução de eventos da África ou de Portugal. Não é razoável transportar para a África uma tradição que foi forjada fora da África. As contingências que estimularam os africanos e seus descendentes a desenvolverem

essas práticas e de as manterem não teriam sido as mesmas se esses sujeitos estivessem em solo africano. A caracterização dos recém-chegados africanos como estrangeiros no Brasil inicialmente não foi problema, pois, segundo Ira Berlim (2004), numa terra de estrangeiros, quem se perceberia como nativo? Com o passar do tempo e a convivência com os habitantes já estabelecidos no Novo Mundo, os escravos tornavam-se menos estrangeiros e mais brasileiros, pois no Brasil conseguiram estabelecer novos vínculos sociais.

A vinculação do Ticumbi a uma imagem africana, diferente da África existente à época do tráfico negreiro e da realidade contemporânea, parece repousar sobre a cor dos participantes do bailado. Ser negro para os homens do Ticumbi é questão de discordância entre os grupos de Conceição da Barra e de Bongado. Em entrevista com o “Rei Bamba” do Ticumbi de Conceição da Barra identificou-se que a perpetuação de uma herança afro-americana passaria necessariamente pelo critério da cor. Na concepção do grupo de Conceição da Barra, os indivíduos com tez mais clara não parecem estar habilitados para cumprir todos os rituais a que estão sujeitos na comunidade do bailado. Há nas falas dos membros de Conceição da Barra certo temor de que a tradição do Ticumbi comece a ser entendida pelo público como um folguedo não-herdeiro dos escravos africanos e afro-descendentes. Talvez por isso assumam-se a postura do impedimento de não-negros na dramatização. Não é o bastante, para os participantes do Ticumbi de Conceição da Barra, que o candidato a “homem do cordão de São Benedito” conheça, desde a tenra idade, a história do Ticumbi ou a origem do bailado. A relação entre um passado africano e negro com o Baile de Congo dramatizado atualmente é amalgamada e legitimada por uma memória de África reabilitada e pela cor: manter viva as lembranças de uma terra desconhecida, mas da qual pretendem ser herdeiros, com um elo visual, isto é, a cor da pele. Ao que tudo indica, ser negro relaciona-se aos signos identitários partilhados pelos indivíduos do Ticumbi de Conceição da Barra.

Em outro plano, os vínculos estabelecidos entre os homens dos dois grupos do folguedo analisado, estendido aos seus familiares, respectivamente, forjam uma comunidade unida por laços de parentesco afins, que colaboram com a manutenção da vida de cada um. Como informou um dos entrevistados, a convivência entre os homens do congado ultrapassa os limites de idade e do tempo e esse contato promove a criação

de níveis de hierarquia interna, que interferem na escolha dos papéis da dramatização e também na sucessão da função de mestre.

Os caracteres identitários produzidos na manutenção do folguedo são relacionais, dependem do tipo físico da pessoa, da sua interação com os demais integrantes do grupo e da responsabilidade a ser assumida caso aceito no Ticumbi.

No estudo com o Ticumbi de Bongado, observa-se uma pluralidade de evidências acerca do cotidiano das famílias integrantes do bailado. Há uma forte interferência, por que não dizer positiva, do mestre Anísio Ribeiro sobre os seus congêneres, que ultrapassa os limites do Ticumbi e alcança o ambiente doméstico dos lares de cada homem do cordão, da embaixada e mesmo os reis “Congo” e “Bamba”. A sociabilidade forjada em torno do Baile de Congo extrapola o ambiente festivo das comemorações a São Benedito e fazem-se sentir no dia-a-dia dos vizinhos, compadres e parentes da comunidade. A convivência ocorre a despeito de haver agendamento de apresentações públicas, porque eles trabalham juntos, moram uns próximos aos outros e escolhem estabelecer vínculos de parentesco, como nos casos de apadrinhamento de crianças.

No que concerne à manutenção da tradição do Ticumbi do Bongado, mestre Anísio Ribeiro foi bastante enfático em afirmar a imprescindibilidade de o interessado em ingressar no grupo ter ciência da responsabilidade a que estará submetido como um ente dessa extensa família. Quando perguntado a respeito da cor da cútis como requisito indispensável para a admissão na congada, ele prontamente respondeu que seu pai quando vivo pensava dessa maneira, mas após sua morte decidiu repensar essa prerrogativa, pois compreende diferentemente a preservação dessa manifestação cultural.

Assim, mestre Anísio Ribeiro afirma que ser negro ou branco não garante a fidelidade do indivíduo ao grupo, nem mesmo o amor que cada um deve ter em relação ao Ticumbi. O Ticumbi apresenta-se, desse modo, transformado, pois assumiu uma forma de família, comunidade, amigos, fé, esperança e não como uma herança passada de pai para filho, desprovida de significação para os componentes do baile. Evidentemente, assevera Anísio, ao romper com o costume de somente negros participarem da dramatização, há mais de 20 anos, ele enfrentou resistência até mesmo

de seu irmão Antônio. Contudo, os anos passaram e justificaram – para os resistentes – o comportamento de Anísio. Atualmente, o Ticumbi do Bongado é o mais conhecido na região de São Mateus, por sua antiguidade, contando com um grupo de mais de 20 pessoas e um público fiel nas apresentações. As famílias relacionadas ao Ticumbi do Bongado fazem cortejo para apreciarem o momento de confraternização com a comunidade do norte capixaba.

A propósito da aproximação verificada entre o Ticumbi de Conceição da Barra e os estudiosos sobre o folguedo não é possível inferir algo análogo para o grupo da Vila de Itaúnas. A preservação de uma memória espontânea nas famílias do Bongado sugere a manutenção de uma memória de África menos precisa, contextualizada, mas igualmente coerente. A origem das histórias contadas a respeito de uma África (incorporada como a terra natal) não é sabida pelos membros do Ticumbi do Bongado, todavia, os participantes mais idosos asseveram que as informações sobre o continente de além-mar já eram contadas desde a primeira formação do bailado.

A lembrança espontânea de uma África e um passado africano surge nas entrevistas no mesmo plano em que são rememorados fatos de uma lembrança individual e os dois tipos de recordações apresentam, para os entrevistados, valor de verdade equânime.

As identidades produzidas nos Ticumbi investigados pretendem um mesmo objetivo: perpetuar o Baile de Congo de São Benedito. O itinerário traçado pelas lideranças atuais dos grupos diverge, pois no grupo de Conceição da Barra o signo de identificação dos indivíduos, a lembrança de uma África homogeneizada e quase mítica, perderia credibilidade sem o colorido negro dos seus integrantes. O segundo grupo, por sua vez, apresenta uma tentativa menos ortodoxa de manter viva e reabilitada a tradição da congada, permitindo que outras pessoas, não necessariamente negras, ingressem no folguedo. A preocupação fundamental não se relaciona a uma herança genética entre os representantes atuais do Ticumbi com os escravos negros do passado, mas à coesão interna da comunidade e a sua sobrevivência.

A memória de um passado africano e afro-descendente forjada em solo brasileiro tem sentido para as pessoas que se fazem herdeiras dessas lembranças. Para os

indivíduos que permaneceram no continente africano, entretanto, certo parece afirmar que o Ticumbi não seria compreendido como um resquício de identidade africana no Brasil, dada a sua criação fora do continente africano. Assim, a representação de uma África desnudada de especificidade somente se apresenta de modo inteligível para as comunidades afro-descendentes e brasileiras do Ticumbi do norte do Estado do Espírito Santo. Para os africanos de África é provável que essa manifestação cultural afro-brasileira não seja vinculada a qualquer identidade africana.

Talvez a medida adotada pelo mestre Anísio Ribeiro de permitir não-negros no Ticumbi do Bongado possa, no futuro, desvincular o Baile de Congo de um passado africano, homogeneizante, e desprovido de correlativo em África, todavia, por ora, o Ticumbi do Bongado não se prende exclusivamente a um passado escravo e negro, mas se relaciona a uma situação de vida do presente que deve ser diariamente superada, conquistada. Mais do que uma memória de África, o Ticumbi, de modo geral, e o do Bongado em particular, é uma história de família.

REFERÊNCIAS

BERCÉ, Yves-Marie. *O rei oculto: salvadores e impostores – mitos políticos populares na Europa Moderna*. São Paulo: Imprensa Oficial SP/Edusc, 2003.

BERLIM, Ira. De crioulo a africano: as origens atlânticas da sociedade afro-americana na América do Norte Continental. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Cândido Mendes, 2004, ano 26, n. 2, p. 241-256.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CASCUDO, Luis da C. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil/século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FILHO, Mello Moraes. *Festas e tradições populares no Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1999.

FILHO, Rubem Barbosa. *Tradição e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EDUFMG/IUPERJ, 2000.

FREIRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

IEMA. Relatório Técnico. Disponível em: www.iema.es.gov.br/download/MeioAntropicoAnexo1.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2008.

LYRA, Maria Bernadeth. *O jogo cultural do Ticumbi*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

MORAES, Paulo Stuck. A nobreza capixaba. *Revista do IHGES*, 2004, n. 58, p. 55-72.

NEVES, Guilherme Santos. *Ticumbi*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1976.

NOVAES, Maria Stella de. *A escravidão e a abolição no Espírito Santo*. Vitória: [s.e], 1963.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Flor&Cultura/Cultural-ES, 1999.

SLENES, Robert: *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.